

Divergências adiam debate sobre cotas

Não houve quórum para que as comissões de Justiça, de Direitos Humanos e de Educação debatessem o projeto que cria cotas raciais e sociais para o acesso à universidade pública. **5**



Maciel (à direita, ao lado de Serys e Demostenes) preside reunião em que a proposta seria discutida. Comissões marcaram para amanhã nova audiência pública

Jonas Pereira

Esforço concentrado começa às 10h para votações em Plenário

O Plenário realiza esforço concentrado a partir das 10h, quando devem ser realizadas as primeiras votações do dia. Na pauta, três medidas provisórias, duas relacionadas ao combate à crise. A MP 443/08 autoriza o Banco Central e a Caixa a adquirirem participação em instituições financeiras. A MP 445 (12º item da pauta) injeta, na construção civil, recursos para moradias. E a MP 444 trata de doações a Cuba, Haiti, Honduras e Jamaica. **3**



J. Freitas

Novas regras para mandado de segurança

A Comissão de Justiça analisará projeto que altera as regras do mandado de segurança individual e regulamenta o mandado de segurança coletivo. **4 e 5**

Garibaldi submete sua candidatura amanhã ao PMDB

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, comunicará amanhã ao PMDB que é candidato a continuar presidindo a instituição até 2011. **6**

Homenagem à Declaração dos Direitos Humanos

O Senado realiza amanhã, às 11h, sessão especial em homenagem aos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. **6**

Relatório elaborado por Delcídio foi publicado ontem na internet

Comissão deve votar hoje relatório final do Orçamento

A Comissão de Orçamento publicou na internet, às 22h de ontem, o relatório final do senador Delcídio Amaral sobre a proposta orçamentária de 2009, que deve ser votado hoje. **7**

Marina protesta contra anistia a desmatador

A senadora Marina Silva classificou como retrocesso modificações no decreto que regulamenta a Lei de Crimes Ambientais. As alterações, disse, suspenderam as multas por derrubadas e liberaram aos desmatadores o acesso a financiamento de bancos. **8**



Gerardo Magela

"Contraventores poderão plantar e ter acesso a crédito", critica Marina

Coletânea de artigos revela face jornalística do ex-senador e ex-presidente da Casa

Arquivo Senado



Baiano, Luiz Viana Filho ocupou os mais importantes cargos políticos e foi membro da ABL

Livro com artigos de Luiz Viana Filho será lançado hoje

A REUNIÃO EM livro dos 146 artigos escritos por Luiz Viana Filho entre 1929 e 1990, em sua maioria publicados no jornal *A Tarde*, de Salvador, representa a oportunidade que o historiador e biógrafo João Justiniano da Fonseca oferece ao cidadão de conhecer a faceta jornalística do ex-senador e ex-presidente do Senado. Sob o título *Luiz Viana Filho – O jornalista*, a coletânea será lançada hoje, às 17h, na biblioteca do Senado (que também leva o nome do ex-parlamentar), como parte das comemorações do centenário de seu nascimento. Na ocasião, serão lançados selo e carimbo alusivos à data.

Luiz Viana Filho foi deputado federal, governador da Bahia (1967-1971), ministro da Casa Civil (1966) e senador da República – em 1974, foi eleito senador pela Bahia, tendo ocupado a Presidência da Casa de 1978 a 1980.

“A recuperação de novos textos traz à tona a faceta jornalística de um homem que passou 34 anos como membro da Academia Brasileira de Letras (ABL) e foi biógrafo de alguns dos brasileiros mais ilustres. É mais uma contribuição para a história, para a política e para as letras nacionais”, diz o presidente do Senado, Garibaldi Alves, no prefácio do livro.

“Idéias atuais e vigorosas”

Garibaldi Alves faz um breve resumo da vida de Luiz Viana Filho e do período histórico no qual o político atuou. Ao assinalar que suas idéias permanecem “atuais e vigorosas, mesmo 18 anos depois de seu desaparecimento”, o senador recorda que Luiz Viana não abandonou seus ideais de liberdade e democracia diante do terror nazista e “quando o Brasil se dividiu em esquerda e direita”. Frisa ainda a crítica de Luiz Viana Filho à ditadura do Estado Novo e pontua sua participação no que chama de “encruzilhada histórica”, durante a qual, como ministro da Casa Civil do governo Humberto de Alencar Castelo Branco, teria atuado em momentos delicados como a da questão da duração do mandato do presidente, a cassação de Juscelino Kubitschek, a rebelião da linha dura das Forças Armadas durante as eleições para governador em 1965 e o esforço para “reconstitucionalizar” o país.

Para o biógrafo, o ex-senador era “jornalista político de combate, decididamente oposicionista, revolucionário”. O historiador explica que, na coletânea, ficou de fora o período entre 1936 e 1938, porque os jornais da época não ofereciam condições de leitura. Afirma ainda: “Considero que, além da crônica jornalística do dia-a-dia, cujo conteúdo se esgota sem demora, há a crônica política e social da época, um material de alto valor cultural que não pode se perder”.

O senador Marco Maciel (DEM-PE) exalta, na abertura do livro, a colaboração de Luiz Viana Filho como bibliófilo e membro da ABL. Também acentua que o ex-parlamentar, durante sua gestão à frente da Presidência do Senado, impulsionou o funcionamento da biblioteca da Casa.

Para o jornalista João Carlos Teixeira, que colaborou na organização do livro, “a obra é uma apreciação atual e competente sobre o passado recente do Brasil e do mundo, por um homem de letras, dedicado à observação da História”.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário tenta destravar hoje a pauta de votações

Às 9h, sessão especial para homenagear os 40 anos da Eletrosul Centrais Elétricas S. A. Às 10h, sessão deliberativa extraordinária; às 14h, sessão deliberativa ordinária. A hora do expe-

diente é dedicada a homenagear os 25 anos do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap). A pauta de votações está trancada por medidas provisórias.



Moneira Moriz

Garibaldi Alves preside sessões e participa da posse de Kátia Abreu na CNA

O presidente do Senado Federal, Garibaldi Alves, preside, às 9h, sessão especial para comemorar os 40 anos da Eletrosul. Às 10h, sessão deliberativa extraordinária. Às 11h30, realiza reunião da Mesa e, às 14h, preside o período do expediente destinado a homenagear e comemorar o 25º aniversário do Departamento Inter-

sindical de Assessoria Parlamentar (Diap). Às 15h, recebe o presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski. A ordem do dia será às 16h. Às 17h, participa, na biblioteca, do lançamento do livro *Luiz Viana Filho – O jornalista*, compilado por João Justiniano da Fonseca, e de selo em homenagem ao político

baiano. Às 18h30, no Auditório Petrônio Portela, formatura do Unilegis. Às 20h, comparece a solenidade de posse da senadora Kátia Abreu (DEM-TO) na Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA) e no Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), no Centro de Convenções Brasil 21.

Infra-Estrutura debate situação de trem metropolitano de BH

Audiência pública às 11h, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), para debater a situação e evolução do estado de conservação e manutenção da via permanente e do material rodante do trem metropolitano de Belo Horizonte e de outras capitais do país. O debate contará com a presença do ministro das Cidades, Márcio Fortes.

Projetos da crise econômica na CCJ

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) realiza, às 14h, audiência pública para instruir os projetos que tratam do sistema financeiro nacional (PLS 102/07) e do processo de nomeação e demissão do presidente e dos diretores do Banco Central (PLS 72/07). Estão convidados para o debate o ministro da Fazenda, Guido Mantega; o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles; os ex-presidentes da instituição Armínio Fraga e Gustavo Loyola; e o ex-ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega.

Stephanes fala na CAE sobre política agrícola nacional

Reunião, às 10h, da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para votar cinco itens, entre eles o que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social, entre outras providências (o projeto substitui a MP da Filantropia). Logo após, a comissão realiza audiência pública com a presença do ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes, para debater a política agrícola ante a crise econômica internacional.

Relatório final entra na pauta da CMO

A Comissão Mista de Orçamento realizará reuniões deliberativas às 10h, 14h e 18h para votação do relatório final do senador Delcídio Amaral (PT-MT) ao projeto de lei orçamentária de 2009 (PL 38/08-CN).



José Cruz

Desmatamento é tema na Comissão do Risco Ambiental

Reunião, às 15h, da Comissão Temporária Externa do Risco Ambiental, que analisa o risco ambiental em que vivem municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) no mapa do desmatamento, para apresentar relatório final.

Regimento Interno tem nova rodada de discussão

Reúne-se às 14h30 a comissão temporária interna criada com a finalidade de apresentar projeto para reforma do Regimento Interno do Senado.

Espectáculo teatral, às 15h, no Salão Branco do Congresso

Apresentação, às 15h, no Salão Branco (Chapelaria) do Congresso Nacional, do espetáculo teatral *Samba da Esperança*, da Academia de Artes Cênicas do Centro de Formação Luz e Vida Padre Humberto Leeb. Às 17h, na biblioteca, lançamento do livro *Luiz Viana Filho – O jornalista*, organizado por João Justiniano da Fonseca. Também haverá o lançamento de selo personalizado e carimbo comemorativo, em homenagem ao centenário de nascimento do ex-senador. Às 18h30, no Auditório Petrônio Portela, formatura dos alunos dos cursos de especialização *lato sensu* da Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis). A cerimônia contará com a presença do presidente do Senado, Garibaldi Alves, reitor da Unilegis, e do 1º secretário, Efraim Morais (DEM-PB).

Cesta Básica do Livro é um dos itens da CE

Às 11h, reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) para votação de 14 itens, entre eles, proposta que autoriza o Poder Executivo a criar, no âmbito do Ministério da Educação, o programa Cesta Básica do Livro, para garantir um acervo mínimo de publicações às famílias de estudantes do ensino público fundamental e médio. A primeira proposição a ser analisada é o projeto que institui o Estatuto de Museus.



J. Freitas

Comissão examina projeto que regulamenta produção de clones

O projeto de lei que regula a pesquisa, produção, importação, liberação no meio ambiente e comercialização de clones de mamíferos – exceto humanos –, peixes, anfíbios, répteis e aves pode ser votado amanhã na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). A reunião deve começar às 8h45.

Conforme a proposta (PLS 73/07) da senadora Kátia Abreu (DEM-TO), caberá ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento o registro das instituições interessadas na produção de clones de mamíferos destinados à pecuária. Já as pesquisas envolvendo clones de animais destinados à produção de fármacos deverão ser autorizadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Para a clonagem de mamíferos geneticamente modificados, Kátia Abreu propõe que a autorização seja dada pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio). No caso de ani-



Kátia Abreu é autora da proposta, que deve ser votada amanhã na CCT

mais silvestres, o registro ficaria a cargo do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

O não cumprimento das regras será punido com pena de até dois anos de prisão, em caso de clonagem sem registro, e de até quatro anos para a liberação, no meio ambiente, de animais clonados.

Também está na pauta projeto (PRS 58/07) sobre a grade de transmissões ao vivo da TV Senado.

Programa Cesta Básica do Livro deve ser votado hoje

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) reúne-se hoje, às 11h, para votar projeto que autoriza a criação do programa Cesta Básica do Livro. Objetivo da proposta é garantir um acervo mínimo de livros às famílias de estudantes do ensino público fundamental e médio.

Conforme o projeto (PLS 278/08), de autoria do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), a família com filhos entre 6 e 18 anos, cursando as escolas públicas, receberá dois livros de conteúdo literário, artístico ou científico a cada bimestre letivo. As obras serão escolhidas a partir de um catálogo a ser elaborado pelo ministério, com a aprovação da Câmara de Educação Básica, vinculada ao Conselho

Nacional de Educação.

Cristovam aponta estudos que demonstram a diferença positiva do desempenho na escola de crianças que dispõem, em suas casas, de livros, revistas e jornais.

A proposta, que terá decisão terminativa, recebeu voto favorável do relator, senador Marco Maciel (DEM-PE).

Constam ainda da pauta o projeto (PLC 115/08) que institui o Estatuto de Museus; a proposta (PLS 179/08) que cria adicional por atividade de risco para vigilantes de instituições federais de ensino superior; o texto (PLS 263/08) que institui, em 8 de abril, o Dia Nacional do Sistema Braille; e requerimento de audiência pública sobre a Timemania.

Ministro das Cidades debate a situação de trens metropolitanos

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) realiza hoje, às 11h, audiência pública com a participação do ministro das Cidades, Márcio Fortes. O debate deve analisar a situação – principalmente o estado de manutenção e conservação – dos trens metropolitanos em capitais brasileiras. De autoria do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), o requerimento para a realização da audiência pública refere-se, em especial, às condições do metrô de Belo Horizonte (MG).

No texto do requerimento, Azeredo lembra que a imprensa tem noticiado “o agravamento do transporte urbano” nas capitais brasileiras. O senador acrescenta que vários parlamentares já reclamaram da situação dos transportes nas grandes ci-



Márcio Fortes, que ocupa a pasta das Cidades, será ouvido às 11h pela CI

dades do país, porém, os apelos “não têm sido atendidos” pelo governo federal.

Azeredo acredita que o debate com o ministro das Cidades servirá para a busca de alternativas que acelerem a atuação do poder público “na solução dessas graves questões”.

Para analisar grande número de propostas na ordem do dia, Plenário começa votações já pela manhã. A primeira matéria é a MP sobre compra de bancos por BB e Caixa

No esforço concentrado, duas MPs contra a crise

O SENADO DEVE promover um esforço concentrado esta semana para votar medidas provisórias e outras propostas, como a que cria o Fundo Soberano. Com esse objetivo, o Plenário começa a trabalhar já pela manhã, às 10h, quando será realizada sessão extraordinária. As votações deverão continuar na sessão da tarde.

A primeira proposição da ordem do dia é o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 30/08, oriundo da Medida Provisória 443/08, que autoriza o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal a constituírem subsidiárias integrais ou controladas e a adquirirem participação em instituições financeiras sediadas no Brasil. A proposição, que adota medidas para contornar efeitos da crise, está trancando as votações.

Também pode ser apreciada hoje outra medida editada com o objetivo de amenizar os impactos da crise. Trata-se da MP 445/08 (PLV 31/08), que visa injetar, na construção civil,

recursos destinados a moradias. O PLV 30/08 permite que o BB e a CEF adquiram, além de instituições financeiras, empresas dos ramos securitário, previdenciário, de capitalização e outras previstas na Lei 4.595/64, que dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias.

A concretização desses negócios poderá ocorrer por meio de incorporação societária, incorporação de ações, aquisição e alienação de controle acionário, bem como qualquer outra forma de aquisição de ações ou participações societárias previstas na legislação.

Moradias

Já as operações no ramo da construção civil serão realizadas com empresas constituídas sob a forma de Sociedades de Propósito Específico (SPE) para a execução de empreendimentos imobiliários, inclusive mediante emissão de debêntures conver-

síveis em ações.

A MP 445/08 dispõe sobre a dispensa de recolhimento de parte dos dividendos e juros sobre capital próprio, no período de 2008 a 2010, pela Caixa, com objetivo de manter o acesso ao crédito para empresas do setor da construção civil. Com a proposta, o governo busca beneficiar a construção de moradias, mediante a oferta de facilidades para o crédito destinado ao capital de giro.

Outra matéria da pauta é a MP 444/08, que autorizou o governo brasileiro a doar arroz, leite em pó e sementes de hortaliças para Cuba, Haiti, Honduras e Jamaica, com vistas a atender as populações desses países afetadas por eventos climáticos adversos de grandes proporções.

Pouco antes da sessão extraordinária, o Plenário se reúne às 9h para sessão especial em homenagem à Eletrosul – Centrais Elétricas, pelos seus 40 anos.



Como as duas MPs têm prioridade para votação, só após examiná-las Plenário poderá decidir sobre outras proposições

PEC dos Vereadores pode ser votada esta semana

A proposta de emenda à Constituição que recria 7.343 cargos de vereadores (PEC 20/08) poderá ser votada ainda este ano. Isso dependerá de decisão de reunião de líderes partidários a ser realizada esta semana, afirmou na quinta-feira o presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho. O relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador César Borges (PR-BA),

adiantou, no entanto, que já houve acordo dos líderes para que a matéria seja votada hoje em primeiro turno.

O senador pela Bahia também disse que, caso a proposta seja realmente aprovada neste ano, ficará a cargo da Justiça Eleitoral decidir como a emenda constitucional será aplicada e se já valerá para a eleição de 2008.

O parecer de César Borges aprovado na CCJ manteve o

artigo 1º da proposta original, que distribui por 24 faixas o número de vereadores, e também o artigo 3º, que dispõe sobre os efeitos da proposta nas eleições municipais deste ano. Mas o artigo 2º, que previa a redução dos repasses, foi suprimido e transformado em outra iniciativa – que passou a ser chamada, por isso, de PEC Paralela –, e já foi enviada para a Secretaria Geral da Mesa, para tramitação.

Neuto de Conto defende aprovação da proposta

O senador Neuto de Conto (PMDB-SC) defendeu ontem a aprovação pelo Senado da Proposta de Emenda à Constituição 20/08 que cria faixas intermediárias para o número de vereadores de município com até 50 mil habitantes.

Cidades com até 15 mil habitantes continuariam com nove vereadores. Já os municípios com 15 mil a 30 mil habitantes teriam 11 vereadores. E os municípios com 30 a 50 mil habi-

tantes teriam 13. Atualmente, todas as cidades com até 50 mil habitantes – que somam 90% do total de municípios brasileiros – têm o número máximo de nove vereadores.

– Não é possível que um município com 2, 3 ou 4 mil habitantes tenha o mesmo número de vereadores que tem um com 50 mil – afirmou Neuto de Conto, lembrando que a PEC não aumentará os atuais custos das câmaras municipais.



Neuto de Conto: medida beneficia cidades com até 50 mil habitantes

Renan defende prorrogação do Fundo de Combate à Pobreza

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) defendeu a aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC 14/08) que torna permanente, a partir de 2011, o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, cuja criação foi proposta pelo senador Antonio Carlos Magalhães, falecido em julho do ano passado. Renan lembrou que a legislação atual prevê a extinção do fundo em dezembro de 2010.

De autoria de Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), a PEC, que introduz o artigo 204 na Constituição federal, encontra-se em análise na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Renan Calheiros salientou que o fundo financia atualmente mais de dez programas sociais, entre eles o Bolsa Família, que beneficia mais de 11 milhões de famílias em todo o Brasil. O senador disse ainda que o fundo é responsável pela melhoria na qualidade de vida de 14 milhões de brasileiros que saíram da condição de extrema pobreza, de acordo com edição recente da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (Pnad), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em agosto de 1999, um grupo de senadores, tendo à frente o então presidente da Casa,



Renan salienta importância da PEC, proposta por Antonio Carlos Júnior

Antonio Carlos Magalhães, apresentou a PEC 67/99, que cria o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. A proposta culminou na Emenda Constitucional 31, que inseriu os artigos 79 a 82 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, instituindo a aplicação dos recursos do fundo nos três níveis de governo com o objetivo de que todos os brasileiros tivessem acesso a níveis dignos de subsistência.

Assim, foi definido um conjunto de recursos orçamentários que seriam aplicados em ações suplementares de nutrição, habitação, educação, saúde, reforço de renda familiar e outros programas de relevante interesse social voltados para a melhoria da qualidade de vida da população mais carente.

Roseana Sarney propõe prontuário eletrônico no SUS

Tramita na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) projeto da senadora Roseana Sarney (PMDB-MA) com o objetivo de criar o prontuário eletrônico do paciente no Sistema Único de Saúde (SUS).

Segundo a proposta, esse sistema de informações médicas deverá usar "preferencialmente programas de código aberto".

O sistema sugerido pelo projeto (PLS 474/08) deverá ser acessível ininterruptamente por meio da rede mundial de computadores e por intermédio de redes internas e externas, "priorizando-se a sua padronização, inclusive a terminológica", explica a autora da proposta. O objetivo, ainda segundo Roseana Sarney, é universalizar a informatização no setor de saúde brasileiro e aumentar a equidade na distribuição dos benefícios desse processo.

Além do uso de meio eletrônico para o registro do prontuário, o texto prevê a informatização do registro, da comunicação, da transmissão e da autorização de procedimentos ambulatorial e hospitalar, de internação, de resultado e laudo de exame, de receita médica e demais informações de saúde.

O projeto também determina o envio por meio eletrônico de resultado, laudo, receita, guia, autorização e registro de internação, de procedimento ambulatorial e hospitalar e das demais informações de saúde.



Roseana: informatização facilita distribuição igualitária de benefícios

Isso será feito com o uso de assinatura eletrônica, sendo obrigatório o cadastramento prévio junto ao SUS.

A matéria estabelece também que os documentos produzidos eletronicamente e juntados ao prontuário eletrônico do paciente serão considerados originais para todos os efeitos legais. O prontuário eletrônico do paciente deverá ser protegido por meio de sistema de criptografia e de segurança de acesso.

Os dados, conforme determina ainda o texto do projeto, serão armazenados em meio que garanta sua preservação, segurança e integridade, a fim de assegurar a privacidade e confidencialidade da informação de saúde dos cidadãos.

Ao justificar a proposta, Roseana Sarney assinala que, apesar do interesse crescente no uso da tecnologia de informação em saúde, "os países emergentes estão submetidos a barreiras que dificultam a incorporação dessas novas tecnologias".

Na última reunião do ano, Comissão de Constituição e Justiça pode votar proposta que atualiza legislação ao incluir modificações constitucionais e alterações legais realizadas ao longo de 65 anos, desde que instituto foi introduzido

CCJ analisa novas regras para mandado de segurança



Relatório de Tasso Jereissati apóia proposta do Poder Executivo

Carta de compromisso para o PPA

O projeto de lei do Plano Plurianual (PPA), que a cada quatro anos o Executivo encaminha ao Congresso Nacional, poderá ter de vir acompanhado de uma carta de responsabilidade, contendo parâmetros, objetivos e metas de caráter econômico-social, previstos para o período de sua validade e usados na sua elaboração. A determinação está em proposta de emenda à Constituição (PEC), de autoria do senador Aloizio Mercadante (PT-SP), que está na pauta de votações da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) de amanhã.

A carta de responsabilidade sugerida na PEC (19/03) deverá se constituir em um documento similar, em sua concepção, às cartas de intenções e memorandos utilizados nos acordos com o Fundo Monetário Internacional (FMI), "por meio dos quais esse organismo estabelece os critérios e aferidores da política macroeconômica e monitora sua implementação", explica o autor da proposta. Dessa forma segundo Mercadante, o governo expressaria seu compromisso "não com um organismo internacional, mas com a sociedade brasileira".

"A Carta de Responsabilidade Econômico-Social representaria uma profunda mudança institucional e um mecanismo eficaz de controle social e democrático do Estado pela sociedade civil, que definitivamente pautaria a imensa dívida social como prioridade das políticas públicas do país", afirma o senador ao defender a adoção do documento.

O relator da matéria, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), apresentou parecer favorável à aprovação da PEC, que ainda será analisada em Plenário.

Audiência pública trata do sistema financeiro

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania promove audiência pública, às 14h de hoje, para instruir projetos de lei que tratam da reorganização do sistema financeiro nacional e da concessão de autonomia operacional ao Banco Central (BC). As duas proposições são de autoria do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) e o requerimento de debate foi apresentado pelo senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), com aditivo do senador Aloizio Mercadante (PT-SP).

Coube a Antonio Carlos Júnior a relatoria das duas propostas. Ele elaborou um substitutivo, consolidando em um único texto o Projeto de Lei 102/07, complementar, que reorganiza o sistema financeiro nacional, com partes do PLS 72/07, complementar, inclusive o dispositivo que assegura a autonomia do Banco Central.

Esta segunda audiência para debater o assunto deverá contar com a participação do ministro da Fazenda, Guido Mantega; do presidente do Banco Central, Henrique Meirelles; do fundador da MCM Consultores Associados, o ex-ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega; e dos ex-presidentes do Banco Central Arminio Fraga e Gustavo Loyola. O primeiro debate sobre as propostas, realizado na terça-feira passada, reuniu o professor Luiz Gonzaga Belluzzo e o secretário de Fazenda do Rio de Janeiro, Joaquim Levy.

Segundo Arthur Virgílio, o PLS 102/07 pretende regulamentar o mercado estritamente financeiro, deixando de fora os mercados de capitais, de seguros e da previdência privada. O projeto obriga o Banco Central a apresentar, anualmente, ao Conselho Financeiro Nacional ampliado, a prestação de contas de suas atividades de fiscalização e supervisão, "para corrigir o desconforto do passado que permitiu que a ocorrência de práticas fraudulentas de grandes bancos passasse longos períodos sem detecção", disse o autor do projeto.

Autonomia

Já o PLS 72/07, parcialmente aproveitado no substitutivo, estabelece que o presidente e os diretores do Banco Central, nomeados pelo presidente da República e aprovados pelo Senado, somente poderão ser afastados por decisão própria ou demissão do presidente da República, com exposição de motivos necessariamente aprovada pelo Senado. Na prática, a proposta concede autonomia operacional ao BC, explicou Virgílio.

Segundo o relator Antonio Carlos Júnior, a concessão de autonomia legal ao Banco Central para gerir a política de juros ainda enfrenta forte resistência em diversas áreas do governo, mas o Congresso já está consciente da importância dessa medida.

A autonomia concedida informalmente, como vem ocorrendo nos últimos tempos, pode ser retirada a qualquer momento. Por isso, fixar essa medida em lei é a garantia contra eventuais interferências que os governos possam desejar fazer, com perda de credibilidade para o BC, aumento de incertezas dos investidores e redução do crescimento econômico – advertiu Antonio Carlos Júnior.



Projeto que motivou audiência pública na CCJ estabelece novas regras para demissão de diretores do Banco Central

NA PAUTA DA última reunião ordinária do ano da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, marcada para as 10h de amanhã, consta a análise do relatório do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) favorável a projeto de iniciativa do Poder Executivo que, conforme destaca o senador, "aprimora" as regras do mandado de segurança individual e regulamenta o mandado de segurança coletivo.

Esse projeto (PLC 125/06) do Poder Executivo atualiza toda a

legislação em uma única lei que versa sobre a matéria, incluindo as modificações constitucionais e as alterações legais realizadas ao longo dos últimos 65 anos – desde que foi introduzido o instituto do mandado de segurança no direito processual brasileiro.

Jereissati afirma em seu relatório que a proposta, com 28 artigos, "define as hipóteses de aceitação da ação e as de sua rejeição, prevê a ordem dos procedimentos, os limites processuais, além de unificar

as relativas ao writ [mandado] individual e coletivo, atualizando-os com as mais modernas orientações jurisprudenciais, facilitando, desse modo, sobremaneira a atuação dos profissionais do Direito e o entendimento do cidadão comum". O relator também destaca que a principal inovação do projeto é a regulamentação do mandado de segurança coletivo – que está previsto na Constituição de 1988, mas que ainda não foi disciplinado pela legislação.

Entre as outras inovações apontadas por Jereissati, está a que permite, em caso de urgência da impetração e da comunicação da decisão, o uso de fax ou de outros meios eletrônicos, como e-mails, na prática de atos processuais. O senador também ressalta que o projeto amplia a possibilidade de impetração do mandado contra partidos políticos ou seus órgãos.

Economia processual
Também consta da pauta da CCJ

a votação de relatório do senador Almeida Lima (PMDB-SE) a projeto oriundo da Câmara (PLC 113/07) que possibilita a revisão, de ofício, da condenação em custas e honorários advocatícios pelo tribunal incumbido de decidir a apelação interposta por uma das partes.

O projeto, que acrescenta dispositivo ao Código de Processo Civil, elimina a interposição de recursos para discutir apenas o montante de custas e honorários, atendendo a regras de economia processual.

Falta de quórum adia audiência sobre cotas para ingresso em universidades

A audiência pública conjunta das comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH); e de Educação, Cultura e Esporte (CE), marcada para ontem, não atingiu o quórum necessário e foi adiada para amanhã, às 14h. A reunião visa debater o projeto que cria cotas raciais e sociais para acesso à universidade pública (PLC 180/08).

O autor do requerimento para a realização da audiência, senador Demostenes Torres (DEM-GO), observou que o projeto não está redigido de forma clara.

Nós precisamos estabelecer bem como vai ser essa divisão. Porque, se ficar obscuro, o grande desprotegido passa a ser o branco pobre que recebe menos que um salário mínimo e meio – alertou.

Demostenes assinalou que não se trata de defender a opinião A ou B, mas de saber o que está sendo votado para evitar que uma mudança radical do sistema educacional brasileiro acabe prejudicando mais do que beneficiando.

Se votarmos do jeito que está, amanhã é a Justiça que vai decidir. Então vamos clarear. Bom ou ruim, vence a maioria – lembrou.

A relatora da matéria na CCJ, Serys Slhessarenko (PT-MT), disse que, do seu ponto de vista, o texto do projeto está claro e que a questão é política.

É um momento decisivo para que pobres, negros, índios e pardos tenham oportunidade. Eu espero que chegue o dia em que não seja mais preciso cota, mas, enquanto precisar, nós temos que trabalhar para que isso aconteça – afirmou Serys.



Senadores divergem: se para Serys (E) o texto está claro, para Demostenes (D) redação confusa pode prejudicar alunos

Ideli sugere votação do projeto das cotas raciais e sociais pelo Plenário

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) sugeriu na última reunião da Comissão de Justiça que o Plenário vote amanhã o projeto de lei que reserva 50% das vagas das universidades federais e escolas técnicas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.



Ideli pede que proposta seja incluída na ordem do dia de amanhã

será reservado um percentual a negros pardos e indígenas, na proporção de cada um desses segmentos da população no estado onde está localizada a universidade, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 2000. Havendo vagas remanescentes, elas serão direcionadas a estudantes da rede pública que não se encaixem nesses parâmetros.

Conforme a proposta, a seleção dos alunos teria como base o coeficiente de rendimento (CR), uma média das notas, dispensando a realização do vestibular, método que o projeto sugere seja usado também pelas instituições privadas.

Reunião do partido está prevista para amanhã. Senador deve apresentar parecer de jurista Francisco Rezek mostrando que sua candidatura não significa reeleição

Garibaldi anunciará ao PMDB que deve disputar Presidência

O PRESIDENTE DO Senado, Garibaldi Alves, comunicará oficialmente ao PMDB, amanhã, que é candidato a continuar presidindo a instituição até 2011. Em entrevista por telefone à Agência Senado, ele disse, na manhã de ontem, que não informou ao presidente da República o seu propósito.

– Não comuniquei nada ainda ao presidente Lula. Agora não é hora, porque estou pleiteando ainda a candidatura dentro do PMDB. Depois que o partido me homologar como candidato, aí, sim, farei as comunicações devidas. Por ora, me considero um pré-candidato. O líder Valdir Raupp [PMDB-RO] é quem convoca essa reunião [de bancada] e, pelo que sei, será quarta-feira. A reunião será na liderança [do PMDB] e, só então, submeterei minha candidatura aos colegas.

Sobre o parecer que o jurista Francisco Rezek elabora para sustentar a sua candidatura, Garibaldi disse não ter certeza de que o documento esteja pron-



Garibaldi Alves quer presidir o Senado até 2011

to até amanhã. Nesse parecer, Rezek deverá defender o entendimento de que o mandato de presidente da Casa, que se encerra em 1º de fevereiro de 2009, foi o que elegeu, dois anos atrás, o senador Renan Calheiros (PMDB-AL). Portanto, Garibaldi, que não foi candidato na sucessão anterior, estaria livre para disputar a Presidência

para as próximas duas sessões legislativas (fevereiro de 2009 a fevereiro de 2011).

Indagado se recebeu manifestações contrárias à sua decisão, o senador frisou que apenas ouviu falar que a líder do PT, Ideli Salvatti (SC), estaria disposta a impugná-la. De acordo com o presidente do Senado, a impugnação só pode ocorrer depois da eleição, visto que a Presidência é um assunto *interna corporis*.

– Não há rito processual para que se leve um assunto desses à Justiça. Mas também não sei o que eles pretendem fazer. O que o PT fizer, estou pronto para oferecer meus esclarecimentos – acrescentou o senador.

Garibaldi Alves também disse que não informou sua decisão a Tião Viana (PT-AC), candidato do PT que, até então, era o único nome lançado na corrida sucessória. O senador explicou que, sendo Tião Viana de outro partido, não lhe caberia informar a decisão ao petista.

Declaração dos Direitos Humanos terá homenagem

O Senado realiza amanhã, às 11h, sessão especial em comemoração aos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, instituída no dia 10 de dezembro de 1948 pela Organização das Nações Unidas (ONU). A homenagem foi proposta pelos senadores José Nery (PSOL-PA) e Cristovam Buarque (PDT-DF).

Para José Nery, a declaração representou um divisor de águas na conjuntura política, jurídica e ética internacional. O senador acrescentou que o documento resgatou, em grande parte, preceitos da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, da Revolução Francesa, e do Bill of Rights (Declaração de Direitos), surgido na Inglaterra em 1689, inclusive os princípios de igualdade e liberdade presentes nos dois textos.

– Não poderia ser diferente, forjada que foi sob o impacto das atrocidades cometidas du-

rante a Segunda Guerra Mundial, que se valeram justamente da total hostilidade ao princípio da igualdade, exaltando a superioridade de uma nação, de uma raça, de um povo sobre outro.

Embora alguns questionem a força jurídica da Declaração Universal dos Direitos Humanos, argumentando que se trata de um texto não-vinculante e, portanto, com força apenas de recomendação, o senador avalia que é de amplo entendimento que se trata de um “documento fundante, iniciador, cujo âmago é a própria noção de ser humano”.

Legislação

O senador do PSOL lembra ainda que desde sua edição, em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos tem sido um documento reconhecido e respeitado por todas as nações democráticas, e ao qual se reportam e se fundamentam para

a elaboração de suas respectivas legislações, das maiores às menores.

– Embora represente um avanço gigantesco no que se refere à consolidação do legado histórico, construído ao longo de décadas, para a definição e constituição dos princípios dos direitos humanos, lamentavelmente violações de toda ordem ainda são muito frequentes no mundo inteiro. Evidentemente, isso não retira o mérito indiscutível desse documento basilar, que, ao lado da democracia, deve continuar a orientar as instituições políticas, sociais e éticas das nações democráticas – ressaltou o senador.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pela Resolução 217 da Assembleia Geral das Nações Unidas, pode ser lida no seguinte endereço da internet: www.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm.

Paim saúda a 11ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos

Paulo Paim (PT-RS) saudou a realização da 11ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos, aberta ontem em Brasília, e que se estende até quinta-feira. Ele leu o discurso que havia preparado para a abertura do evento, à qual não pôde comparecer, pois teria de participar de reunião da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

O senador destacou que a conferência ocorre poucos dias depois dos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada pela Organização das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948.

– Porém, é preciso, com certeza, avançar mais, muito mais. As barbáries contra os povos, contra as crianças, contra as mulheres, contra a liberdade de crença e a livre orientação sexual, contra os idosos, os índios, os pobres, os negros, infelizmente, ainda permanecem – disse Paim, lembrando ainda as guerras, as ditaduras, a fome, a miséria e a agressão à natureza como “ações fruto da irresponsabilidade e da violência dos homens”.

Paim também fez um pequeno balanço de suas atividades como senador, em 2008. Ele



Gerardo Magella

Paim lamenta a ocorrência de barbáries nos dias atuais

informou que escolheu quais municípios gaúchos beneficiaria com emendas ao Orçamento, priorizando os que ainda não tinham recebido recursos de suas emendas, os que apresentam baixo índice de desenvolvimento humano e as prefeituras com políticas públicas para pessoas com deficiência, idosos, crianças, desempregados, índios e mulheres.

O parlamentar disse que, nos seis anos de mandato, 412 dos 496 municípios gaúchos já foram contemplados com recursos de emendas de sua autoria, e citou vários projetos beneficiados. Em aparte, o senador Mão Santa (PMDB-PI) elogiou o pronunciamento.

Senador elogia magistrado que aposta “os olhos azuis” nas cotas

Apesar de trabalhar como voluntário num curso pré-vestibular para afrodescendentes, o juiz federal do Rio de Janeiro William Douglas manteve, por um bom tempo, posição contrária às cotas para negros e pardos em universidades. Atualmente, o magistrado tem cerrado fileiras no campo oposto, o que o levou a ser elogiado ontem, da tribuna, por Paulo Paim (PT-RS), autor do projeto de lei do Estatuto da Igualdade Racial.

Paim leu trecho de um artigo de William Douglas, no qual este explica por que mudou de opinião. Antes afirmava que era a favor apenas das cotas para alunos oriundos do ensino público, por ser “muito difícil definir quem é negro em um país de miscigenação racial grande”. Achava ainda que as cotas abriam brechas a privilégios para “pessoas negras de boa condição”. Agora, vê as reservas de vagas como uma necessidade social urgente.

O magistrado diz que o contato mais direto com a população negra fez com que percebesse

as dificuldades encontradas pelos integrantes dessa etnia. A experiência esvaziou seus argumentos jurídicos, que foram suplantados pela visão de uma realidade injusta e desigual.

“Nessa convivência, fui descobrindo que ser pobre é um problema, mas ser pobre e negro é um problema maior ainda”, diz o juiz no texto lido por Paim. O magistrado se descreve como um “branco caucasiano dos olhos azuis”, um homem de origem pobre que venceu na vida pelo esforço pessoal. Além de juiz, ele é conhecido como o “guru dos concursos”, por ter escrito um sucesso de vendas sobre o assunto. “Aposto meus olhos azuis dizendo que precisamos das cotas agora”, prega.

Segundo o depoimento do juiz, o argumento que o fez trocar de lado foi “passe um dia na cadeia”. E ele se refere não apenas às prisões de verdade, onde a maioria dos presos é de origem negra, mas às prisões sociais das favelas e subempregos.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Neuto de Conto • Papaléo Paes • Mão Santa

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira
Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli
 O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Thâmara Brasil
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Morais
Tratamento de imagem: Braz Felix, Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3311-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF.
 CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP



Cristovam defende novo rumo para a economia

“Contradições alimentam dificuldades”

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) disse que a crise econômica internacional é causada pela falta de lógica do sistema econômico. Para ele, em vez de se tapar o buraco da atual crise e esperar pela próxima, é melhor procurar um novo rumo.

O parlamentar apontou a falta de lógica de se destinarem bilhões de reais para salvar empresas automobilísticas quando o aquecimento global é causado principalmente pela poluição emitida pelos automóveis. Também destacou a ilogicidade de governos estaduais argumentarem que não existe dinheiro para pagar piso salarial para professores, mas, diante da crise econômica, oferecerem incentivos fiscais para que indústrias não sofram prejuízos.

Outra falta de lógica relatada pelo senador é o fato de os bancos, que auferiram os maiores lucros de todos os tempos nos últimos anos, agora solicitarem apoio financeiro do Tesouro Nacional e do Banco Central.

– Há uma crise na lógica, que parece que morreu diante dessas contradições – afirmou Cristovam.

Comissão marca três reuniões ao longo do dia de hoje para a leitura do parecer à proposta orçamentária, que pode ser votada amanhã pelo Plenário do Congresso

Relatório final do Orçamento está disponível na internet

A COMISSÃO MISTA de Orçamento (CMO) publicou ontem, às 22h, na internet o relatório final do senador Delcídio Amaral (PT-MS) ao projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2009. O texto de Delcídio prevê cortes de gastos públicos num total de 10,9 bilhões. A intenção do presidente da CMO, deputado Mendes Ribeiro Filho (PMDB-RS), é votar o documento ainda hoje no colegiado – foram convocadas reuniões para as 10, 14 e 18h – e amanhã no Plenário do Congresso.

Os principais itens onde foram efetuadas compensações no relatório de Delcídio – em razão de reestimativa negativa de receita bruta de R\$ 15,34 bilhões e de receita líquida de R\$ 10,6 bilhões, divulgada na semana passada pelo relator da receita deputado Jorge Khoury (DEM-BA) – foram: custeio, que sofreu um corte de R\$ 8,5 bilhões; investimentos, R\$ 1,21 bilhão; pessoal e encargos sociais, com um total de R\$ 402,6 milhões; e juros, com diminuição de R\$ 819 milhões.



Delcídio teve de negociar os cortes com as bancadas estaduais

Investimentos

Mesmo após o corte de R\$ 1,21 bilhão, o total de investimentos federais para 2009 no texto de Delcídio é ainda maior do que o previsto na proposta original encaminhada pelo governo ao Congresso, saindo de R\$ 37,9 bilhões para R\$ 47,2 bilhões.

Como atendimento a demandas de parlamentares, o relatório final destina verbas adicionais para o financiamento de mecanismos de garantia de preços de produtos agrí-

colas no valor total de R\$ 1,5 bilhão. Para compensar estados exportadores por perdas de arrecadação, devidas a benefícios fiscais concedidos pela Lei Kandir, o texto reserva recursos da ordem de R\$ 1,3 bilhão. O relatório aloca também R\$ 145 milhões para a aplicação em projetos de irrigação na região Centro-Oeste.

Gasto total

O valor total dos gastos governamentais de R\$ 1,664 trilhão para 2009, previsto na proposta original do Executivo, foi reduzido para 1,658 trilhão no relatório final de Delcídio.

Como resultado das audiências públicas realizadas pela CMO em várias capitais brasileiras, foram incorporadas ao texto de Delcídio 458 sugestões – individuais e coletivas – de um total de 798 recebidas.

Para acessar o relatório

(<http://www2.camara.gov.br/comissoes/cmo>)

Alvaro recomenda prudência e agilidade contra crise econômica

Ao discursar ontem em Plenário, Alvaro Dias (PSDB-PR) disse que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva subestimou o tamanho da crise financeira internacional e não tomou as atitudes necessárias. O senador sugeriu que o governo federal seja mais prudente e adote medidas ágeis e eficazes contra a crise.

– Ahamos que o governo brasileiro brincou. Ahamos, não: o Brasil assistiu à brincadeira. O presidente da República debochou da crise afirmando tratar-se de marola e que não atravessaria o Atlântico – lembrou.

Citando o ex-deputado federal Hélio Duque, Alvaro Dias advertiu que o governo precisa adotar medidas que “alavanquem programas de desenvolvimento”, para impedir que a “recessão leve ao desemprego”. Fora isso, continuou o senador, o governo deve promover uma

reforma administrativa para reduzir os gastos correntes.

– Para agradar a base política no Congresso, o governo criou milhares de cargos públicos. A folha de pessoal teve crescimento muito acima do crescimento do produto interno bruto (PIB) do país. Isso se constitui em contradição imperdoável e consagra a má-gestão pública – avaliou.

Ainda fazendo referência a Hélio Duque, assinalou que o Banco Mundial reduziu a projeção de crescimento do PIB do Brasil em 2009 de 4,3% para 2,8%. E acrescentou que o endividamento da população aumentou em 2008.

– Hoje, a dívida do brasileiro é de dez salários, na sua média nacional, o que eleva o risco da inadimplência – informou Alvaro, sugerindo outras ações para o país agüentar as con-



Senador cita dados do ex-deputado Hélio Duque e defende investimentos

seqüências da crise, como o fortalecimento da construção civil e investimentos em infraestrutura.

Voto de aplauso

Alvaro também apresentou requerimento pedindo voto de aplauso ao advogado e professor René Ariel Dotti, de Curitiba, pelos 50 anos de atividade profissional. Registrou ainda o aniversário, no domingo, de duas cidades do oeste do Paraná: Cascavel e Toledo.



Senador ressalta valor da independência dos Poderes

Mão Santa: MPs apequenam a democracia

O senador Mão Santa (PMDB-PI) enfatizou a importância da independência dos três Poderes. De acordo com ele, a beleza da democracia reside nisso.

– É um freando o outro: nós temos que frear o Executivo; o Judiciário nos frear; e a gente também a eles. Ai dá essa beleza de construção, porque é difícil a democracia – afirmou.

Para o parlamentar, o Poder Executivo, quando envia muitas medidas provisórias ao Congresso Nacional, está apequenando a democracia.

O senador citou o ex-presidente americano Theodore Roosevelt, para quem, entre um governo sem imprensa e uma imprensa sem governo, preferia esta última.

Mão Santa anunciou ainda que este foi o seu 969º pronunciamento no Senado Federal e disse que deverá chegar ao milésimo entre fevereiro e março do ano que vem.

Ele perguntou ao senador Alvaro Dias (PSDB-PR) quantos pronunciamentos ele havia feito, e o representante do Paraná respondeu terem sido 1.236 pronunciamentos, em dois mandatos.

Unilegis pode obter credenciamento junto ao MEC já no próximo ano

A Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis) poderá receber credenciamento junto ao Ministério da Educação no primeiro semestre de 2009, informou a vice-reitora da instituição, Vânia Maione Alves Nina, em entrevista à Agência Senado. Ela explicou que a Unilegis entrou com processo nesse sentido em 2007 e agora a solicitação está na fase de avaliação – que deverá ser feita por doutores em fevereiro.

Segundo Vânia Maione,

há expectativa de que o credenciamento seja liberado em março de 2009, após a deliberação sobre o relatório da avaliação. Com o credenciamento, ressaltou, a Unilegis poderá certificar os cursos que promove, sem a necessidade de receber o aval de outra instituição – atualmente a certificação é feita pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

Outra vantagem do credenciamento, destacou a vice-

reitora, é que a instituição passa a ter a condição de fazer aproveitamento dos créditos de disciplinas já cursadas pelos alunos. Ela observou que há casos de alunos que são aprovados nas disciplinas, mas não são aprovados no curso e, quando voltam aos estudos, ou se inscrevem em outro curso, ou são obrigados a fazer novamente as mesmas disciplinas.

A universidade foi criada pelo Senado Federal em 2001 com o objetivo de oferecer

treinamento e atualização para a capacitação dos servidores do Senado e instituições conveniadas. A Unilegis possui convênio com 68 instituições brasileiras.

Programação

A Unilegis oferecerá curso de pós-graduação em Ciência Política em agosto do próximo ano. Vânia Maione informou que os alunos de hoje serão diplomados pela Unilegis, uma vez que a instituição já estará

credenciada junto ao MEC.

O curso de extensão Direito e Economia também está programado para 2009. Vânia disse que ele está sendo montado pela especialista em Direito e em Economia Flávia Veras, em conjunto com a Consultoria do Senado. A proposta é que o curso seja ministrado de agosto a dezembro de 2009, em encontros mensais e com atividades realizadas por meio de seminários com convidados de instituições internacionais.

Na visão da senadora, a suspensão da aplicação de multas e da exigência do BC de que seja cumprida a legislação para acesso ao crédito vai aumentar o desmatamento e impedir o país de cumprir metas assumidas

Para Marina Silva, mudanças no decreto ambiental são retrocesso

A SENADORA MARINA SILVA (PT-AC) registrou o que considerou um retrocesso na política ambiental brasileira: as modificações ao Decreto 6.514/08, que regulamenta a Lei de Crimes Ambientais.

Com as modificações, explicou a senadora, a aplicação de multas por desmatamento e a vedação do acesso dos desmatadores aos recursos de bancos públicos e privados foram suspensas, já que, de acordo com o novo texto, "os embargos impostos em decorrência de ocupação irregular de áreas de reserva legal não averbada, cuja vegetação nativa tenha sido suprimida até a data da publicação deste decreto, serão suspensos até 11 de dezembro de 2009". Depois dessa data, há ainda 120 dias para a adequação à lei.

Desse modo, disse Marina Silva, as exigências do Banco Central e do Conselho Monetário Nacional que vedam a obtenção de recursos públicos por proprietários ilegais não valem mais e as propriedades



Marina: "Contraventores poderão plantar e comercializar"

irregulares embargadas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) estão temporariamente anistiadas.

– Os contraventores poderão plantar, poderão comercializar, poderão ter acesso ao crédito. E isso vai na contramão do plano de combate ao desmatamento – reclamou.

Marina Silva apontou as "pressões daqueles que querem continuar no mesmo diapasão do uso predatório da floresta, sem respeitar a legislação ambiental brasileira", como uma das razões para

o retrocesso.

Na avaliação da senadora, medidas urgentes têm que ser tomadas, pois "os contraventores estão dizendo que o prazo obtido não é para cumprir as exigências da lei, mas para pressionar o governo e o Congresso a revogarem a lei e o Código Florestal, para que não haja mais a exigência da averbação da reserva legal, da recuperação da área de preservação permanente e para que não se precise recuperar a reserva legal", como determina a Lei de Crimes Ambientais.

Riscos

As alterações, registrou a senadora, inviabilizam o atingimento das metas para a redução do desmatamento em 70% até 2017 assumidas pelo Brasil na Conferência sobre o Clima da ONU, ocorrida em Poznan, na Polônia.

– Elas não vão permitir que o Brasil atinja as metas de reduzir o desmatamento de 12 para 9 mil quilômetros quadrados no ano que vem – disse.

Papaléo defende plano para municípios no entorno do Parque Tumucumaque

Papaléo Paes (PSDB-AP) cobrou rapidez na aprovação do projeto de lei que cria o Plano de Desenvolvimento Regional dos Municípios do Entorno do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, no Amapá (PLS 107/04), que tramita na Câmara.

O senador afirmou que a matéria, já aprovada pelo Senado, irá favorecer o desenvolvimento dos municípios abrangidos pelo parque e que atualmente encontram-se impedidos de explorar seus recursos naturais em virtude do rigor da legislação. A proposta é do senador José Sarney (PMDB-AP).

Papaléo explicou que a Lei 9.985/00 – que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza

–, embora tenha estabelecido critérios e normas rígidas para a criação e gestão das unidades de conservação, não previu incentivos ou compensações para viabilizar a preservação ambiental dessas reservas pelas populações locais.

O parlamentar informou que o parque do Tumucumaque atinge cinco municípios, que têm na agropecuária e no extrativismo mineral e vegetal suas principais atividades produtivas. Segundo ele, a impossibilidade de explorar os recursos naturais existentes na região acaba afetando o desenvolvimento social e econômico dessas localidades.

Criado em agosto de 2002, o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque é a maior área de floresta tropical do mun-



Papaléo: rigor das leis ambientais impede desenvolvimento das cidades do parque

do. Com aproximadamente 3,867 milhões de hectares, o parque representa 27% do território do Amapá, os quais, somados a outros 4,4 milhões de hectares de áreas indígenas, parques e reservas biológicas e estações ecológicas, totalizam 58% de todo o estado.

Em aparte, Gilberto Goellner (DEM-MT) manifestou apoio ao discurso de Papaléo Paes.

Simon relata a migração de gaúchos, por motivos econômicos, para a região Norte

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) deu continuidade à série de discursos a respeito do que classificou de "diáspora" dos gaúchos em direção a outros estados brasileiros, a partir dos anos 1970. Ontem, ele registrou a migração rumo à região Norte.

O motivo que levou os agricultores gaúchos à dispersão foi econômico, por falta de terras para cultivo, explicou Simon.

No Acre, de acordo com o senador, há pelo menos 30 mil sulistas, concentrados especialmente na capital, Rio Branco, e nos municípios de Acrelândia, Plácido de Castro e Senador Guiomard.

Em uma década, mais de cem mil sulistas migraram para Rondônia, conforme Simon, entre eles descendentes de gaúchos que passaram a viver em Santa Catarina ou Paraná. É o caso do ex-senador Amir Lando, que nasceu em Santa Catarina, cuja família é originária de Bento Gonçalves. A maioria dos sulistas vive nos municípios de Vilhena e Ji-Paraná plantando soja, e em Porto Velho, trabalhando como profissionais liberais e servidores públicos.

No Pará, Pedro Simon lembrou que os



"São pessoas que enfrentaram grandes desafios", afirma Simon

gaúchos estão concentrados em Medicilândia. Além de cacau e café, cultivam cana-de-açúcar. Altamira é a cidade com a maior concentração de gaúchos. Paragominas e Santarém também se destacam.

No Amazonas, a cidade de mais gaúcha é Apuí, município que nasceu da migração gaúcha nos anos 1970. Lá, os agricultores

catarinenses e paranaenses também descendem de rio-grandenses-do-sul. A principal atividade econômica da cidade é a criação de gado. Há ainda produção de cacau, arroz e milho.

Simon ressaltou que, em Roraima, a maioria de seus conterrâneos é produtora de arroz na polêmica demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol. No Amapá, ele lembrou que as restrições ao plantio de soja e à criação de gado fizeram com que alguns produtores gaúchos seguissem para o Pará ou Tocantins.

– São pessoas que enfrentaram grandes desafios. Amam a sua nova terra, mas ainda guardam um cantinho do coração para o torrão natal. A essa brava gente, quero deixar aqui a minha saudação – declarou.



Flávio Arns celebra os 90 anos de jornal paranaense

Flávio Arns elogia *Gazeta do Povo*

Flávio Arns (PT-PR) homenageou o jornal paranaense *Gazeta do Povo* pelos 90 anos de existência, destacando a qualidade, a influência e a seriedade do periódico. O parlamentar disse que a importância do jornal, não só quantitativa, mas qualitativa, pode ser confirmada na utilização de algumas expressões pelos paranaenses, como "leu o nosso jornal?" ou "encontrei tal conteúdo no nosso jornal".

– Quando as pessoas se expressam dessa forma, falam de uma relação quase afetiva com o jornal, considerando-o como parte de sua própria história – observou o parlamentar.

Arns referiu-se especialmente a Francisco Cunha Pereira Filho, diretor daquele órgão de imprensa por muitos anos, e à família dele, que vem mantendo o jornal funcionando "valentemente". O senador elogiou também a capacidade dos donos do periódico de se manterem atualizados e adequarem o jornal aos novos tempos.

Em aparte, Alvaro Dias (PSDB-PR) associou-se à homenagem e agradeceu os elogios que lhe foram dirigidos por Flávio Arns em razão do seu esforço em prol das pessoas com deficiência.



João Pedro: "É preciso refletir sobre a história recente"

João Pedro lê artigo de Gullar sobre prisão

João Pedro (PT-AM) leu em Plenário artigo em que o poeta e ensaísta Ferreira Gullar relata o momento de sua prisão e de outros intelectuais pelos militares, em 13 de dezembro de 1968, dia da edição do Ato Institucional nº 5. O artigo foi publicado no domingo pelo jornal *Folha de S. Paulo*.

Ao pedir a inserção do texto nos Anais do Senado Federal, o parlamentar considerou importante trazer o assunto ao conhecimento, sobretudo, dos brasileiros nascidos após a redemocratização do país em 1984, para lembrar que o Brasil passou por 21 anos de ditadura militar, com ausência absoluta de democracia.

– É preciso refletir sobre a história recente do Brasil e tirarmos lições a fim de que nunca mais possamos voltar a mergulhar num período tão duro, tão adverso e tão perverso, que maltratou centenas de brasileiros, de líderes sindicais e filiados de partidos políticos – afirmou.



Jayme Campos preside a comissão que examinou dados do Inpe

Queimadas: relatório pode ser votado hoje

A Comissão Temporária Externa do Risco Ambiental, que analisa dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) sobre queimadas em municípios amazônicos, deverá apresentar hoje, às 15h, o relatório final.

O texto confronta dados do Inpe com informações de secretarias de meio ambiente. Na opinião do presidente da comissão, Jayme Campos (DEM-MT), dados do Inpe estariam elevados, razão pela qual a comissão foi criada. O objetivo do colegiado é verificar *in loco* esses dados.

Segundo o senador, os números apurados, por exemplo, pela Secretaria de Meio Ambiente de Mato Grosso foram de 10% a 12% menores.

Participam da comissão, além de Jayme Campos, Romeu Tuma (PTB-SP), João Pedro (PT-AM), Valdir Raupp (PMDB-RO) e Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR).